

UNIVERSIDADE TIRADENTES

SERVIÇO SOCIAL

ANA PAULA AMARO DOS SANTOS

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO
SUPERVISIONADO I E II

Aracaju
2015

ANA PAULA AMARO DOS SANTOS

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO
SUPERVISIONADO I E II

Relatório apresentado à Universidade Tiradentes, como um dos pré-requisitos para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

ORIENTADORA: Prof^ª Esp. Fernanda Silva Nascimento.

Aracaju
2015

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Disciplina: Estágio Supervisionado I

Nome do professor responsável pela disciplina: Prof.^a Dr.^a Jane Cláudia Jardim Pedó.
Supervisora Acadêmica: Prof.^a Esp. Fernanda Silva Nascimento
Supervisora de Campo: Telma Susana Souza Nunes Sampaio
Carga horária: 200 horas

Disciplina: Estágio Supervisionado II

Nome do professor responsável pela disciplina: Prof.^a Dr.^a Jane Cláudia Jardim Pedó
Supervisora Acadêmica: Prof.^a Esp. Fernanda Silva Nascimento
Supervisora de Campo: Telma Susana Souza Nunes Sampaio
Carga horária: 200 horas

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome completo: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)
Horário de funcionamento: De segunda a Sexta Feira das 07h00min às 16h00min.
Endereço completo: Rua Ivo do Prado, Nº 31, Centro São Cristóvão/SE.
Fone: 3261-4803

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, Maria das Graças Amaro dos Santos, pelo seu apoio e orações, e também ao meu pai, Evangivaldo Nascimento dos Santos (in memoriam), por seu grande incentivo nesta trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Graças te dou Senhor Deus, por tua ação na minha vida e especialmente neste tempo acadêmico. Agradeço também a Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, pelo apoio e orações, assim como aos familiares e amigos pela ajuda e atenção. Ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) por aceitar a realização do estágio nesta instituição, bem como a Supervisora de Campo Thelma Susana Souza Nunes Sampaio, por sua atenção e ensinamentos. Agradeço também a Universidade Tiradentes, pelo ensino de qualidade, a cada professor que fez parte da construção desta história, e em especial à Prof.^a Fernanda Silva Nascimento, pela supervisão do Estágio acadêmico, por seu compromisso e dedicação. Agradeço também à turma do 7º período pela força e companheirismo.

Deus seja louvado. Obrigada a todos!

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	06
2	RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I.....	07
	2.1 As expressões da Questão Social e a política objeto de estágio.....	07
	2.2 Reconhecimento do espaço institucional.....	17
	2.3 Serviço Social na Instituição.....	25
	2.4 Diagnóstico Social.....	26
3	RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO II.....	32
	3.1 Proposta de Intervenção Social.....	32
	3.2 Sistemática de Operacionalização.....	34
	3.3 Análise e Síntese do Estágio Supervisionado I e II.....	36
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
5	REFERÊNCIAS.....	40
6	APÊNDICE.....	42
7	ANEXOS.....	63

1 INTRODUÇÃO

Este documento aborda a experiência de Estágio I e II que foi desenvolvida no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), no município de São Cristóvão/SE, no período de março a junho de 2015, com uma carga horária de 200 horas para Estágio Supervisionado I e o período de agosto a novembro de 2015 com carga horária de 200 horas no Estágio Supervisionado II.

O relatório vem especificando cada área que foi estudada, de acordo com o que exige o programa de estágio sendo que foi realizado um diagnóstico institucional, a política setorial em questão que foi da assistência social, análise das expressões da questão social, proposta de intervenção, o serviço social na instituição e o diagnóstico social. Segundo a ementa da disciplina Estágio Supervisionado I na Universidade Tiradentes, o objetivo do estágio é inserir o aluno no espaço sócio-institucional a fim de capacitá-lo para o exercício profissional.

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais. (PNE, 2010 p.11)

Os Estágios Supervisionados I e II concedem ao estudante a chance de ter amplo e diversificado conhecimento enquanto futuro Assistente Social. Cada experiência que a estagiária vivencia, é uma oportunidade de desenvolver a segurança para encaminhar novas demandas.

2 RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

2.1 As expressões da questão social e a política objeto de estágio

O presente relatório tem por finalidade expressar as experiências do Estágio Supervisionado em Serviço Social. Inicialmente foi realizada uma pesquisa para o entendimento acerca das expressões da questão social e a política objeto de Estágio no município de São Cristóvão/SE, através do Estágio Supervisionado I no período de março a junho de 2015 com carga horária de 200 horas acompanhada por supervisora acadêmica e por supervisora de campo.

No município de São Cristóvão/SE existe uma grande demanda das expressões da questão social, e isso pode ser constatado através dos órgãos ligados tanto à assistência social como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) assim também no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), como nos órgãos de Segurança Pública.

Segundo o Plano Municipal Decenal de Atendimento socioeducativo, o Município de São Cristóvão desenvolve suas medidas socioeducativas no CREAS, através de suas equipes de trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) amparado na Norma de Recursos Humanos do SUAS. No que se reporta às medidas socioeducativas em meio aberto, o CREAS oferta acompanhamento psicossocial e jurídico aos adolescentes e suas famílias, além de articular o Sistema de Garantia de Direitos, demais políticas setoriais existentes no município serviços e programas que atendem adolescentes e suas famílias articulados como CRAS e à rede socioassistencial local, tendo como objetivo fortalecer a formação de uma rede integrada conjuntamente com o CREAS, na perspectiva de reinserção familiar, no fortalecimento de vínculos, laços e identidade. São realizados também encaminhamentos de natureza diversa, atendimento individual e de grupo de adolescentes, seus familiares, visitas domiciliares, acompanhamento da frequência escolar, encaminhamentos para cursos profissionalizantes e realização de oficinas.

Os atos infracionais mais comuns entre os adolescentes estão crimes como assalto, roubo, furto, tráfico de drogas, porte de arma ilegal e tentativa de homicídio. “A questão social é expressão do processo de produção e reprodução da vida social na sociedade burguesa, da totalidade histórica concreta”. (IAMAMOTO, 2010, p.114).

A partir desta citação é possível perceber como a desigualdade atinge também os adolescentes do município de São Cristóvão/SE.

Com base nos dados do Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo, 2014, como também no Plano de Atendimento Individual (PIA) foi possível constatar que, a demanda da Instituição CREAS está relacionada aos mais variados fatos como: furto, roubo, crime, porte de arma ilegal e tentativa de homicídio, violência, abuso sexual, negligência com Idosos, como também abandono.

A maior demanda existente é a de roubo, o que leva a perceber que seja devido ao uso de drogas, uma vez que, parte dos usuários faz uso de entorpecentes, em contrapartida, os mesmos precisam de dinheiro para continuar com o uso. Neste caso, o trabalho do Serviço Social na instituição é de suma importância tanto para o próprio usuário, a família, e toda a sociedade.

O acompanhamento que é feito aos adolescentes visa readquirir sua identidade, ser novamente inserido no meio familiar, pois, os vínculos ficam rompidos entre os familiares, como também, voltar à sociedade de maneira digna. Uma observação feita através do (Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo, 2014), verificou-se que adolescentes negros estão mais expostos, a extrema pobreza, violência, uso de drogas, baixa escolaridade sendo que a maior parte reside na zona urbana.

Portanto, é necessária uma ação governamental visando diminuir estas demandas que existem no município de São Cristóvão/SE, assim como, investimento educacional, entre outras medidas.

Ao estagiar em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), a política setorial em questão é a da Assistência Social. Dessa forma, a contextualização partirá do histórico da assistência social no Brasil até o desenvolvimento da Assistência Social Municipal.

A história da assistência social é repleta de transformações e mudanças que proporcionaram um grande avanço no decorrer dos acontecimentos e fatos. Embora com muitos desafios e recuos no período de 1930 a 1945. Foi uma época em que o regime político era autoritário com a concentração de poder no governo federal, nesta época o presidente Getúlio Vargas. Porém, com a revolução de 1930 foi rompida essa organização de poder e o governo federal assumiu responsabilidades nunca antes

assumidas e o período ficou marcado na pessoa do Presidente da República. Entre 1937 e 1945 esse poder que o presidente possuía ficou ainda mais forte por causa do golpe de estado o qual Getúlio chamou de “Estado Novo” que estimulou o Estado à industrialização e instituiu as leis trabalhistas. Esse também foi o período o qual o Estado brasileiro deu os primeiros passos no campo da assistência social, criando o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) no ano de 1938 e do mesmo modo, criou a Legião Brasileira da Assistência (LBA) em 1942, por que o assistencialismo junto à política de favor desenvolviam ações com a responsabilidade de entidades sociais e das primeiras-damas, pois a ideia que existia era das pessoas auxiliadas não terem condições de trabalhar e firmar sua vida seus propósitos, um indivíduo incapaz. Tudo isso se resumindo em apenas benemerência, o atendimento era restrito a assistência sem perspectiva de continuidade, um compromisso ou vínculo (CARTILHA SUAS1,).

No período de 1946 e 1964 houve uma grande mudança, descentralizando o governo, e tornando-se uma redemocratização ou República Populista. De 1956 a 1961 foi estabelecida a Era Juscelino Kubitschek, houve um crescimento, econômico e industrial e aumento da dívida pública e inflação. O governo João Goulart, 1961 a 1964 se deu a ampla movimentação política de base. O aparecimento de Movimentos Agrários, Sindicais, de estudantes entre outros que reivindicavam por reformas. A política de Assistência continuou sendo executada por entidades sem planejamento e coordenação, embora estados e municípios incentivassem a criação de mais entidades. Em 1957 as instituições de assistência ficam isentas de impostos. Em 1959 houve a isenção da cota patronal de contribuição à Previdência Social das entidades de assistência.

A década de 1960 ficou marcada pelos movimentos que se organizaram no âmbito social, político e cultural com o objetivo de reivindicar seus direitos por participação política, lutando contra o subdesenvolvimento e contra o imperialismo, porém, nada mudou na esfera da política de assistência social, por outro lado a Legião Brasileira de Assistência começou a se espalhar pelo Brasil, continuando com voluntariado feminino e teve avanços técnicos e metodológicos inspirados nos conhecimentos produzidos pelas faculdades de serviço social da época. Também nesta época o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) ampliou suas funções e passou a ter a responsabilidade de dar certificação de fins filantrópicos às entidades.

O quadro já não era mais formado por pessoas da área da assistência social e sim por governamentais indicados pelo Poder Executivo e o Legislativo logo, a área da assistência social no período de 46 a 64 teve duas características marcantes: que foi o atendimento aos pobres, mas que não era uma prioridade do governo e atendia também os trabalhadores que combinavam ações assistenciais e educacionais, nessa esfera o governo investia mais, tendo se associado a empresários visando engajá-los no Serviço Social da Indústria (SESI) como também o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial entre outras, com o objetivo de ter um crescimento na economia, pois pessoas qualificadas contribuíam para o desenvolvimento trabalhando na produção que era a maior demanda deste tempo. E assim, quando o progresso chegasse à questão da pobreza iria ser solucionada, por que os benefícios advindos poderiam ser usufruídos por todos. Mesmo com o trabalho das instituições de assistência, não abrangiam todas as necessidades em que viviam a população pobre.

O golpe militar de 1964 inaugura um período de ditadura que marcou a história brasileira até 1985. A ditadura militar concentrou novamente o poder no nível Executivo Federal. A partir de 1968, com o Ato Institucional nº 5 os poderes Legislativo e Judiciário foram praticamente anulados. O Congresso Nacional, as Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais foram fechados. O Presidente da República passou a governar por meio de Atos Institucionais e decretos e para nenhum deles havia possibilidade de contestação. Os partidos criados com a Constituição de 1967 – Arena e MDB – foram extintos. As decisões do Poder Executivo muitas vezes invalidavam as decisões do Poder Judiciário (CARTILHA SUAS 2, 2013, p. 24).

No período da ditadura militar, a situação econômica ficou bastante difícil abrangendo a todos, tanto quem possuía ou não vínculo empregatício. As ações realizadas para atender os indivíduos na área da assistência social foram ficando mais exigente no que diz respeito a todo regulamento tecnológico com a criação de normas e com isso acabava excluindo muitas pessoas. A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi transformada em órgão governamental através do Governo Federal que resultou no aumento das atividades destinadas a instituição. Nesta época, também foram criadas outras instituições com o intuito de suprir as necessidades dos indivíduos a exemplo da Fundação Nacional para Bem-Estar do Menor. Porém, mesmo com estas melhorias na área da assistência social o quadro que se

tinha era uma política com centralidade a nível federal, e, no entanto sem articulação no âmbito estadual e municipal.

[...] Lutas por redemocratização e Movimento Diretas Já, Participação popular a favor da abertura política e descentralização, Instituição da nova Constituição Federal em 1988 conhecida como Constituição Cidadã. A Assistência Social afirmada de todas as suas ações organizadas de forma descentralizadas e sua gestão participativa. A Constituição Federal de 1988 – Descentralização político- administrativa. Direitos Políticos, sociais e culturais universalizados. Política Pública de Assistência Social definida como direito não contributivo. (CARTILHA SUAS 2, 2013).

Com o advento da Proteção Social todo cidadão passou a ter o mesmo direito. Então o “Estado que antes não intervia de maneira satisfatória passou a ser responsável direto, dando segurança ao indivíduo para utilizar o que é seu por direito e não por benemerência” (BRASIL, 1988).

Em 2005 foi implantada a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) com base também para a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A Constituição de 1988, que é a Lei Máxima posiciona o Brasil como “Estado Democrático de Direitos” por que sendo assim os cidadãos tem participação ou pelo voto o que torna uma Democracia Representativa, ou ainda participando de conselhos em defesa dos interesses do povo que é uma Democracia Participativa (Art. 194). A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (BRASIL, 1988).

Em síntese, o período de 1993 a 2005 foi de organização e consolidação do Estado Democrático de Direitos. Uma ampliação e fortalecimento dos movimentos sociais de direitos humanos e de minorias. Regulamentação da Política de Assistência Social descentralizada e participativa

Em 2008, é implantada a Tipificação Nacional de Serviços Sócios Assistenciais que padroniza e qualifica os serviços socioassistenciais. O Estado brasileiro sofreu consideráveis mudanças desde o desenvolvimento da redemocratização e que se consolidou com a

Constituição de 1988. Está previsto na PNAS, “O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira.” (PNAS, 2004). Em termos gerais, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS): Consolida o modo de gestão compartilhada, o co-financiamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos que, de modo articulado e complementar, operam a proteção social não contributiva de Seguridade Social no campo da Assistência Social. Como também estabelece a divisão de responsabilidades entre os entes federativos (Federal, Estadual, Distrito Federal e Municipal) para instalar, regular, manter e expandir as ações de Assistência Social como dever de Estado e direito do cidadão no território Nacional; Além disso, orienta-se pela unidade de propósitos, principalmente quanto ao alcance de direitos pelos usuários; Da mesma maneira, regula em todo o território nacional, a hierarquia, os vínculos e as responsabilidades do sistema-cidadão de serviços, benefícios, programas, projetos e ações de Assistência Social, de caráter permanente e eventual, sob critério universal e lógica de ação em rede hierarquizada de âmbito Municipal, do Distrito Federal, Estadual e Federal; Bem como, respeita a diversidade das regiões, decorrente de características culturais, socioeconômicas e políticas, em cada esfera de gestão, da realidade das cidades e da sua população urbana e rural; Similarmente, reconhece que as diferenças e desigualdades regionais e municipais, que condicionam os padrões de cobertura do sistema e os seus diferentes níveis de gestão, devem ser consideradas no planejamento e execução das ações; E ainda, articula sua dinâmica às organizações e entidades de Assistência Social com reconhecimento pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A Política Pública de Assistência Social até ser estabelecida passou por vários acertos, discussão, dificuldade êxito, enfim, uma diversidade de acontecimentos. Dessa maneira, pode ser definida como:

É uma política que junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de soluções para atender a sociedade e a universalização dos direitos sociais. O público dessa política são os cidadãos e grupos que se encontram em situações de risco. Ela significa garantir a todos, que dela necessitam e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção. (MDS, 2011).

A proteção social que emana da Política de Assistência abrange aos indivíduos em geral, pois a mesma também assiste o cidadão na sua vivência no seio da família, na sobrevivência, no caso de pessoas que tem alguma limitação ou deficiência que impede de trabalhar, ou ainda indivíduos com uma família grande e sem condições básicas. E através do capítulo II, seção I, artigo 4º orienta a Política Nacional de Assistência Social focando os seguintes princípios democráticos: Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; Do mesmo modo a universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; Assim como respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; E similarmente igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; Além disso, divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

A Assistência Social ficou estruturada de uma maneira sólida, apresentando todos os seus aspectos, objetivos, finalidades com base na CF/88 conjuntamente com a LOAS, inclusive suas diretrizes que são a Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais; Todavia, a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; obtendo a primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo; Assim com centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

A Assistência Social desenvolve proteções sociais afiançadas, que se dividem em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A Proteção Social Básica disponibiliza um agrupamento de atividades, planejamentos, projetos, auxílio da Assistência Social, visando impedir as situações de riscos pessoais e sociais que viole direitos, através de possibilidades e obtenção e do fortalecimento de relacionamentos de famílias e comunitários. Disponibilizados através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A Proteção Social Especial coordena o oferecimento de serviços, programas e

projetos, particularmente especializado, objetivando colaborar para reconstruir vínculos familiares e na comunidade, uma vez que este atendimento requer uma equipe organizada para atender nas situações heterogêneas e complexas.

A proteção Social Especial de Média Complexidade é disponibilizada através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), como também no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), juntamente com o: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI); Como também o Serviço Especializado em Abordagem Social; Além disso, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Da mesma forma, Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; e o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade disponibiliza serviços de acolhimento institucional tais como: Abrigo Institucional; Casa-Lar; Casa de Passagem e Residência Inclusiva; Da mesma forma, Serviço de Acolhimento em República; ou ainda, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Juntamente com o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Retornando a Proteção Social Básica o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade que executa os serviços que a Proteção Social Básica disponibiliza como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) que:

Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTÊNCIAIS, 2009, p.6).

Os usuários participantes do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF) são famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais; Do mesmo modo, famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas; bem como famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros; e ainda assim, pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam

situações de vulnerabilidade e risco social. Tem como objetivo, fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida; Da mesma maneira, prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; Ou ainda promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades; Bem como, promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social; Da mesma maneira, promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para usufruir de direitos; E por fim, apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.

Outro importante serviço desenvolvido pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

É um serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social...” (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTÊNCIAIS, 2009, p 8).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) tem uma grande estrutura, pois direciona o atendimento de uma maneira peculiar a cada grupo atendido, ou seja, para crianças com até 06 anos de idade tem os critérios de atendimento destinado a esta faixa etária, e da mesma maneira acontece com os demais usuários; Crianças e Adolescente de 06 a 15 anos; Assim também com Adolescentes e Jovens de quinze a dezessete anos; Além disso, os Idosos com idade igual ou superior a 60 anos, em situação de vulnerabilidade social, em especial: Idosos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), Como também idosos de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda; e similarmente, Idosos com vivências de isolamento por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário e cujas necessidades, interesses e disponibilidade indiquem a inclusão no serviço. Porém, além dos objetivos específicos de cada faixa etária, o serviço apresenta os objetivos gerais:

Complementar o trabalho com família, prevenindo ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária; Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária; Promover acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos;. Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários; Possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades; Favorecer o desenvolvimento das atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTÊNCIAIS, 2009, p.12).

Outro serviço que o CRAS efetua é o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, este Serviço tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários.

Os objetivos encontrados neste programa são; Prevenir agravos que possam desencadear rompimento de vínculos familiares e sociais; Como também prevenir confinamento de idosos e/ou pessoas com deficiência; Deste modo, identificar situações de dependência; e ainda colaborar com redes inclusivas no território; Bem como prevenir o abrigo institucional de pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas com vistas a promover a sua inclusão social; Da mesma forma, sensibilizar grupos comunitários sobre direitos e necessidades de inclusão de pessoas com deficiência e pessoas idosas buscando a desconstrução de mitos e preconceitos; Além disso, desenvolver estratégias para estimular e potencializar recursos das pessoas com deficiência e pessoas idosas, de suas famílias e da comunidade no processo de habilitação, reabilitação e inclusão social; Assim como, oferecer possibilidades de desenvolvimento de habilidades e potencialidades, a defesa de direitos e o estímulo à participação cidadã; Além do mais, incluir usuários e familiares no sistema de proteção social e serviços públicos, conforme necessidades, inclusive pela indicação de acesso a benefícios e programas de transferências de renda; E por fim contribuir para

resgatar e preservar a integridade e a melhoria de qualidade de vida dos usuários; E Contribuir para a construção de contextos inclusivos.

Para o pleno funcionamento da Política de Assistência Social, foram implementados os Conselhos de Assistência Social. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é o órgão que reúne representantes do governo e da sociedade civil para discutir, estabelecer normas e fiscalizar a prestação de serviços socioassistenciais estatais e não estatais no Município. Os conselhos de Assistência Social são destinados à orientação, fiscalização, e formulação da política pública em comum acordo com governo, apesar de não fazerem leis os conselhos podem discutir e avaliar, a execução da Política de Assistência Social, e ser participante ativo nessas decisões. Compete aos conselhos; Elaborar regimento interno; Como também, aprovar a política de Assistência social em sua esfera de governo; Além disso, convocar em conjunto com o órgão gestor, a Conferência em sua esfera de governo, e acompanhar o cumprimento das deliberações; Da mesma maneira, acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos e a execução da Política de Assistência Social em sua esfera de governo.

Portanto, a Política de Assistência Social por ser de uma esfera muito importante para uma sociedade, sua trajetória foi cercada de muitos desafios e lenta para aprovação dos encaminhamentos necessários, como por exemplo, a aprovação de leis que desse ao usuário a garantia deste serviço, da mesma forma, a gratuidade. Após a Constituição de 1988, o quadro mudou e o usuário passou a ter seus direitos assegurados por esta Lei, no entanto, a Política de Assistência Social, precisa ser mais acessível à população.

2.2 Reconhecimento do Espaço Institucional

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de São Cristóvão/SE está situado na Rua Ivo do Prado, Nº 31, Centro, sendo criado no ano de 2005, tem abrangência Municipal e está vinculado à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e do Trabalho (SEDEST). O equipamento referencia todo o território do município de São Cristóvão, sendo compreendido pela cidade histórica e povoado adjacente e a grande Rosa Elze, caracterizando-se assim, uma área de abrangência bastante extensa. Vale ressaltar que a documentação referente à implantação do CREAS no município de São Cristóvão/SE foi queimada na troca de

gestão política, não havendo outro local possível para o resgate das informações perdidas, tendo sido inclusive exibida nos noticiários da época.

Com base no caderno de Orientações Técnicas, o processo de implantação do CREAS é orientado pelas normativas, regulações e pactuações vigentes na política de Assistência Social. Essa implantação precisa considerar o diagnóstico socioterritorial com dados sobre a incidência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, o levantamento das demandas e o mapeamento dos serviços, programas e projetos existentes no território. Cabe ao órgão gestor de Assistência Social a realização desse diagnóstico que antecede a implantação do (CREAS) e que permite analisar a incidência das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos registrada pelos órgãos de proteção, defesa e responsabilização e diversos outros aspectos, tais como: cultura e valores locais que favorecem a ocorrência e/ou recorrência das situações de violação; porte do município; densidade populacional; extensão territorial; fronteiras intermunicipais, interestaduais e internacionais; malha rodoviária; dentre outros.

Conforme a lei nº 12.435/2011, o CREAS é uma unidade pública estatal de abrangência Municipal ou regional que tem como papel construir-se em lócus de Referência, nos territórios da oferta de trabalho social especializado no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, em conformidade com as demandas identificadas no território. Caracterizam-se como violações de direitos: violência física, psicológica e negligência; violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; situação de rua; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em decorrência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade por adolescentes, dentre outras. O mesmo acontece com a política que rege o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) em São Cristóvão/SE que tem seu objetivo estabelecido equivalente a Lei nº 12.435/2011 servindo à comunidade nas demandas a que compete esta instituição de uma maneira geral a todos que tiveram seus direitos violados.

Para o bom funcionamento do CREAS é importante observar se o seu espaço físico oferece dimensões e ambientes necessários aos serviços que serão ofertados, como também frente à sua representatividade no território, é importante que o CREAS seja implantado em imóvel exclusivo. O CREAS deve ter localização estratégica, prioritariamente de fácil acesso a população a ser atendida devendo-se observar a disponibilidade de transporte público e a proximidade dos locais de maior concentração do público a ser atendido.

Para promover uma acolhida adequada e escuta qualificada aos usuários, o ambiente físico do CREAS deve seguir o Caderno de Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que preconiza ser acolhedor e assegurar espaços para a realização de atendimentos familiar, individual e em grupo, em condições de sigilo e privacidade. Para que isso aconteça cada unidade do CREAS deve contar com condições que assegurem; atendimento em condições de privacidade e sigilo; adequada iluminação, ventilação, conservação, salubridade e limpeza; como também segurança dos profissionais e público atendido; Deve haver acessibilidade a Pessoas com deficiência, idosos, gestantes e crianças, dentre outros; e ainda espaços reservados e de acesso restrito à equipe para guarda de prontuários; deixando Informações disponíveis em local visível sobre serviços ofertados, situações atendidas e horário de funcionamento da unidade.

Considerando o espaço físico do CREAS devem, portanto, dispor de quantidade e dimensões suficientes para um atendimento; como por exemplo, recepção; bem como salas específicas para uso da coordenação, Equipe Técnica ou administração; dispoendo ainda de salas de atendimento (individual, familiar e em grupo); devem constar no mínimo dois banheiros coletivos, com adaptação para pessoas com mobilidade reduzida; disponibilidade de uma copa e /ou cozinha; devendo haver também um espaço externo; almoxarifado ou similar.

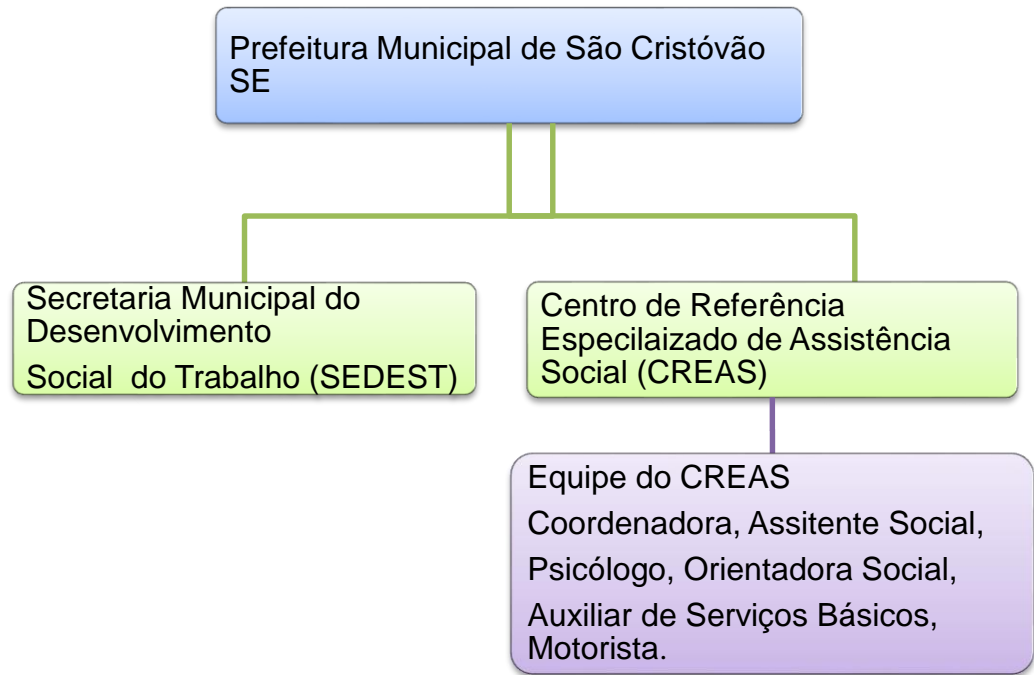
O espaço físico do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de São Cristóvão/SE dispõe de: uma sala de espera; seguido por uma sala de reunião; e uma sala de grupo; dispõe de sala dos técnicos; coordenação; conta ainda com sala de atendimento individual e familiar; cozinha; um banheiro; uma

brinquedoteca. Sua localização é bem central no município facilitando o acesso dos usuários funcionando em um imóvel exclusivo.

Segundo o Caderno de Orientações Técnicas, para formar a equipe, será necessário prever recursos para a admissão e capacitação e realizar estudo para definir o quadro de profissionais necessários para suprir a demanda a partir das referências previstas na NOB-RH/SUAS, considerando a capacidade de atendimento da unidade. Para o trabalho social especializado desenvolvido no CREAS com as famílias e indivíduos, os profissionais precisam ter um conjunto de conhecimentos e habilidades que sejam compatíveis com a natureza e com os objetivos dos serviços ofertados pelo CREAS, bem como com as atribuições pertinentes. Ainda com base no Caderno de Orientações citado anteriormente, diz que quanto ao monitoramento e avaliação são ferramentas de gestão distintas que operacionalmente relacionam-se entre si e tem como objetivo, respectivamente acompanhar o desenvolvimento das ações e avaliar seus resultados, incluindo o impacto das ações na vida das famílias/indivíduos acompanhados pelo CREAS.

O controle social viabiliza o envolvimento político dos movimentos sociais, das organizações sociais, e dos trabalhadores. Frente à complexidade das situações vivenciadas pelas famílias e indivíduos atendidos, a articulação em rede é vital para o sucesso das ações desenvolvidas no trabalho social no CREAS. Nessa direção, destaca-se, que é particularmente importante a articulação do CREAS com: CRAS, como também, gestão do cadastro único para programas sociais e dos programas de transferência de renda e benefícios, assim como, serviços de saúde, em especial a saúde mental; da mesma maneira, órgãos de defesa de direitos (Conselho Tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Delegacias Especializadas); do mesmo modo, rede de educação; e ainda, serviços de acolhimento, e trabalho e geração de renda. A articulação do CREAS com outros atores da rede para além dos elencados acima, pode qualificar ainda mais o atendimento ofertado.

Segue o organograma para melhor entendimento acerca da vinculação organizacional, que se encontra o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de São Cristóvão/SE.



A equipe técnica do CREAS, de São Cristóvão/SE, realiza diariamente vários atendimentos que engloba atendimento psicossocial, como também a realização de visitas institucionais e domiciliares. Em um livro ATA formaliza-se o registro diário das atividades; faz o preenchimento da planilha de atendimento no CREAS e domiciliares, bem como, registro nas pastas individuais dos usuários; Completando com a realização de encontro com grupos de famílias adolescente/criança (semanal); efetiva reunião de equipe para planejamento com o objetivo de colocar em prática os eventos

agendados e inclusive encaminhar a alimentação do sistema mensalmente para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Para execução deste trabalho o CREAS de São Cristóvão conta com uma equipe composta por uma coordenadora, uma assistente social, três psicólogos, uma orientadora social, uma executora de serviços básicos e um motorista tendo como horário de funcionamento do órgão de segunda à sexta-feira com dias específicos para visitas domiciliares e institucionais. O equipamento desenvolve alguns programas atendendo assim a demanda da comunidade.

As atividades diárias do CREAS são devidamente compartilhadas pelos profissionais, ou seja, sempre trabalham unidos em comum acordo, em relação aos planejamentos realizados com a presença da interdisciplinaridade:

Surge no processo coletivo de trabalho, demanda uma atitude ante a formação e conhecimento, que se evidencia no reconhecimento das competências, atribuições, habilidades, possibilidades e limites das disciplinas, dos sujeitos, do reconhecimento da necessidade de diálogo profissional e cooperação (CFESS, 2009).

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, (2009), encontra-se o Programa Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Este programa serve de apoio, orientação e acompanhamento às famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça e violação de direitos. São atendidas famílias e/ou indivíduos em situação de risco, embora a demanda maior no CREAS em São Cristóvão é de crianças/adolescentes vítimas de violência. O Programa é desenvolvido por uma psicóloga e uma orientadora social, porém, a equipe está incompleta, faltando uma Assistente Social. No momento, estão sendo acompanhadas 86 famílias. O objetivo deste é contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva, como também, processar a inclusão das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos, conforme necessidades; visando contribuir para restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia dos usuários e, além disso, contribuir para romper com padrões violadores de direitos no interior da família; devendo também, contribuir para a reparação de danos e da incidência de violação de direitos, bem como, prevenir a reincidência de violações de direitos.

A instituição também conta com um programa para um público específico que é o Serviço de proteção a Idosos, Mulheres, pessoa com Deficiência e Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais, LGBT. Este programa tem como objetivo a acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações; elaboração, junto com as famílias/indivíduos do plano de acompanhamento especializado por meio de atendimento familiar individual e em grupo, visitas domiciliares, realização de encaminhamentos monitorados para a rede Socioassistencial, demais políticas setoriais e órgãos de defesa de direito. O serviço tem como finalidade promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria de qualidade de vida das pessoas participantes. O mesmo é desenvolvido por uma Assistente Social e uma Psicóloga que acompanham 30 famílias.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, (2009), informa ainda, a respeito do Programa Serviço Especializado em Abordagem Social, que é ofertado de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. O serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos. Tratando a respeito dos objetivos, estes existem alguns pontos necessários para, construir um processo de saída das ruas e possibilitar condições de acesso à rede de serviços e a benefícios assistenciais; Também Identificar famílias e indivíduos com direitos violados; Além disso, Promover ações de sensibilização, para divulgação do trabalho realizado, direitos e necessidades de inclusão social e estabelecimento de parcerias; Buscar e promover ações para a reinserção familiar comunitária. Este trabalho é desenvolvido por um Psicólogo e uma Orientadora Social. Tendo como público alvo crianças/adolescentes em situação de trabalho infantil, abuso, violência sexual e população de rua. Ainda em relação aos serviços desenvolvidos pelo CREAS de São Cristóvão/SE, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais 2009, encontra-se ainda o Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade. Este tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Na sua

operacionalização é necessária a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) com a participação dos adolescentes e da família, devendo conter os objetivos e metas a serem alcançados durante o cumprimento da medida, perspectivas de vida futura, dentre outros aspectos a serem acrescidos, de acordo com as necessidades e interesses do adolescente.

O programa é desenvolvido por uma Assistente Social e uma Psicóloga. Os usuários deste programa são adolescentes de 12 a 18 anos incompletos ou jovens de 18 a 21 anos em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade, aplicada pela justiça da infância e da juventude ou, na ausência desta, pela vara civil correspondente e suas famílias. As ações que este programa favorece são de realizar acompanhamento social aos adolescentes durante o cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de prestação de Serviços à comunidade e sua inserção em outros serviços e programas socioassistenciais e de políticas públicas setoriais; Assim como, criar condições para a construção/reconstrução de projetos de vida que visem à ruptura com a prática do ato infracional do adolescente a partir das possibilidades e limites do trabalho a ser desenvolvido e normas que regulem o período de cumprimento da medida socioeducativa; Ainda assim, contribuir para o estabelecimento da autoconfiança e a capacidade de reflexão sobre as possibilidades de construção de autonomias; bem como, possibilitar acessos e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural e o desenvolvimento de habilidades e competências; e por fim, fortalecer a convivência familiar e comunitária.

Para uma realização bem-sucedida seja qual for o programa, existem prontuários a serem preenchidos próprios para cada situação e que são de uso do CREAS tais como: Ficha de acompanhamento psicossocial; Termo de desligamento; Averiguação de denúncia; Declaração de Comparecimento, Folha de Frequência de Medida Socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade e Folha de Frequência de Liberdade Assistida, Relatório de Avaliação e questionário final e Ficha de convocação de usuários.

Por outro lado, é utilizada uma Folha de Frequência da Medida Socioeducativa da Liberdade Assistida (L.A.) que é assinada no CREAS com o comparecimento do adolescente na Instituição; se faz necessário também a Planilha de

Visita Domiciliar do CREAS e Planilha de Atendimento Diário do CREAS, completando ainda com o perfil- questionário definido pelo Estado sobre adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e liberdade assistida (L.A.) e prestação de serviços à comunidade (PSC); preenchimento do plano individual de atendimento (PIA) instrumento obrigatório pela Lei do Sinase, além do prontuário SUAS, documento unificado utilizado nos Centros de Referências Especializados de Assistência Social (CREAS) e nos Centros de Referências de Assistência social (CRAS).

O perfil e atribuições da equipe requerem profissionais habilitados e com perfil apropriado. Os profissionais precisam ter um conjunto de conhecimentos e habilidades que sejam compatíveis com a natureza e com os objetivos dos serviços ofertados pelo CREAS, bem como com as atribuições pertinentes” (MDS, 2011,).

O CREAS de São Cristóvão tem uma relação com o usuário de muito respeito, sigilo, privacidade que ficam restritas. O acompanhamento às famílias e indivíduos é sempre registrado nos instrumentais de acordo com a demanda no intuito de ter organizado os dados pessoais e diversas informações dos usuários, proporcionando maior agilidade e praticidade no ato do atendimento, tudo é devidamente organizado em pastas e mantido no arquivo por ordem alfabética e separado nos respectivos programas.

2.3 Serviço Social na Instituição

O Serviço Social nessa Instituição desempenha suas ações fundamentadas no Código de Ética, bem como na Lei de Regulamentação da Profissão. A prática da profissão perpassa por três dimensões que são: Técnico Operativo, Ético Político e Teórico Metodológico, dando ao profissional múltiplas opções para atuar, participar, intervir, nas demandas que chegam à instituição, como por exemplo, negligência com o Idoso entre outros.

O profissional que trabalha neste espaço tem um vasto conhecimento da realidade a qual está inserido, por conta das diversas situações que chegam. Neste caso,

o assistente social precisa fazer os encaminhamentos a partir do instrumental apropriado para cada demanda.

É dever do/a assistente social: programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente; b- denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário; c- contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária; d- empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos/as usuários/as, através dos programas e políticas sociais; e- empregar com transparência as verbas sob a sua responsabilidade, de acordo com os interesses e necessidades coletivas dos/as usuários/as. (Lei 8.662/93).

Por outro lado, o trabalho do assistente social na instituição passa por muitos desafios institucionais. O serviço social é uma grande referência para os usuários por isso a importância do profissional ter clareza das suas atribuições, e condições para realizá-las, saber executar de maneira objetiva as demandas, estar atento às necessidades dos usuários a fim de encaminhá-los para a melhor resolução do seu problema.

2.4 Diagnóstico Social

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Cristóvão de Barros fundou a primitiva povoação, sob a denominação de Cidade de São Cristóvão de Sergipe d'El Rei, centro inicial da colonização e organização da Capitania de Sergipe. Em 1617, São Cristóvão tornou-se distrito da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, na Bahia; em 1675 passou a sede de Município e em 1823 em oito de abril à categoria de cidade, quando foi criada a província de Sergipe. Em 24 de maio de 1944, o Município deixou de ser termo de Aracaju, passando ao nível de comarca. Abrange um só distrito, de igual nome.

Segundo o Plano Municipal de Assistência Social 2015/2016, São Cristóvão está localizado na região metropolitana de Aracaju/SE, e tem limites com os

municípios: Norte: Laranjeiras (SE) e Areia Branca (SE) / Oeste e Sul: Itaporanga d'Ajuda (SE) / Leste: Aracaju (SE) e Nossa Senhora do Socorro. População estimada 2014 (1) 85.814, População 2010 78.864, População Urbana 66.682 e População Rural 12.194. Povoados 42, Área da unidade territorial (km²) 436,863, densidade demográfica (hab./km²)180, 5, IDH 0,66, gentílico São-Cristovense. O município possui um conjunto integrado de ações de iniciativas estatais e da sociedade, que ofertam e operam serviços, benefícios, programas e projetos a população para a superação dos indicadores de vulnerabilidade social. Seu caráter público é reafirmado pela integração e articulação entre os serviços eminentemente estatais e aqueles complementares prestados pelas entidades e organizações. (Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo, 2014 p. 13).

O Município é composto por:

02 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), 02 Centros de Fisioterapias, 11 Unidades da Saúde da Família, 02 Vigilância em Saúde, 01 Hospital e Maternidade, 02 Unidades Básicas de Saúde, 04 Unidades de Saúdes, 01 Rede de Imunosbiologicos 01 Urgência e Emergência 24horas, 24 Equipes de PSF 14 Odontólogos, 152 Agentes Comunitários, 70 Agentes de Endemia[...], (Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo, 2014 p. 13).

Por outro lado, existem fragilidades na saúde com a falta de médicos e vacinas para criança e só tem médico de vez em quando. Para marcar um exame, só tem vaga pra um mês ou mais. Muitas pessoas se deslocam para locais mais distantes a exemplo de Aracaju, para tentar um atendimento mais eficaz.

O Município de São Cristóvão/SE na área da educação segundo dados do Plano Municipal de Assistência Social 2015/2016 é composto por: 38 Escolas Municipais, além disso, 17 Escolas Estaduais, ou ainda, 27 Escolas Particulares, além de 02 Escolas Federais, como também 03 Creches.

Quanto aos benefícios, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) faz parte da Política de Assistência Social, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e para acessá-lo não é necessário ter

contribuído com a Previdência Social. É um benefício individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de um salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família.

A renda mensal familiar per capita deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo vigente. No que concerne a realidade de São Cristóvão, atualmente se tem o quantitativo de beneficiários idosos de 448, com valor de repasse mensal de R\$323.070,92, e beneficiários com deficiência de 731, com valor de repasse mensal de R\$524.593,53, conforme consta no site do IBGE.

O programa BPC na Escola, criado pela Portaria Normativa Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007, tem como objetivo desenvolver ações intersetoriais, visando garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência, de 0 a 18 anos, com a participação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Tem como principal diretriz a identificação das barreiras que impedem ou dificultam o acesso e a permanência de crianças e adolescentes com deficiência na escola e o desenvolvimento de ações intersetoriais, envolvendo as políticas de educação, de assistência social, de saúde e de direitos humanos, com vistas à superação dessas barreiras.

Segundo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), o Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal (CAD ÚNICO) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou renda mensal total de até três salários mínimos.

De acordo com o censo de 2010 existe uma estimativa de 11.596 famílias de baixa renda com perfil Cadúnico e 8,141 famílias pobres com perfil PBF. Ainda em convenção com o Censo de 2010 a Cidade de São Cristóvão tem 78.864 habitantes. Foram inseridas no Cadastro para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO) até o mês de Setembro de 2014: 15.270 famílias, representando um quantitativo de 40.514 mil pessoas cadastradas, O impacto populacional da inserção dessas famílias no Cadastro Único é de 40.514 pessoas e considerando o critério de

inclusão das famílias com renda mensal familiar de até 03 salários mínimos ou renda familiar per capita de até ½ salário mínimo a cidade de São Cristóvão possui então mais de 47% da sua população inserida no CADÚNICO, isso com base na população estimada em 2013 pelo IBGE.

A estimativa de famílias pobres na cidade de São Cristóvão segundo o Censo de 2010 é de 8.141, são famílias com renda per capita de até R\$ 154,00 (cento e cinquenta e quatro reais) e que tem perfil para o programa bolsa família. O município de São Cristóvão com base em dados do Cadúnico do mês setembro já ultrapassou esse quantitativo, pois 12.361 famílias com este perfil encontram-se inserida no cadastro único concebendo um quantitativo de 34.099 pessoas pobres de uma população de 78.864, isso equivale a 43% da população de São Cristóvão.

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco da atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77,00 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

No Guia do Gestor do Bolsa Família (MDS) o programa pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza. A primeira delas refere-se ao alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família. Portanto, na cidade de São Cristóvão o Programa Bolsa Família no mês de outubro de 2014 beneficiou 9.982 famílias, com repasse do Governo federal de mais de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais).

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego PRONATEC, que foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Em São Cristóvão até o momento, já foram qualificados 1.116 usuários e ofertados os seguintes cursos no município: Agente de informações Turísticas, Mecânico de motores a diesel Cuidador infantil, Auxiliar de pessoal, Ajustador mecânico, Padeiro e confeitiro, Eletricista, Vendas, Computadores, Inglês básico, Avicultor, Auxiliar Administrativo, Operador de computador, Mecânico de bombas hidráulicas, Confeitiro, Auxiliar de costura, Operador de máquinas, Corte de roupas, Mecânico de Manutenção de motocicleta, Cuidador de idoso, Auxiliar de

garçom, Pedreiro, Carpinteiro. São parceiros do PRONATEC: SENAC, SENAI, SEMAR, SEST/SENAT entre outros.

A previdência funciona com a maior parte dos serviços agendados por telefone ou pessoalmente na instituição. Desta maneira, disponibiliza todos os serviços existentes na Previdência Social que podem ser ofertados à população, como por exemplo, aposentadoria, auxílio-doença, perícia entre outros. O atendimento sempre se estende para semana seguinte, por ter uma demanda muito grande para agendamento de serviços.

No que se refere aos transportes no município de São Cristóvão/SE, há duas empresas que servem a comunidade: uma empresa com ônibus de médio porte e outra com ônibus de grande porte, atendendo desta maneira a demanda do município, passando por vários bairros e povoados existentes. Porém, se tornam visíveis os problemas enfrentados pelos usuários de transportes, ou seja, longa espera no ponto de ônibus, a rodoviária que seria um ponto de apoio para as pessoas esperarem o transporte está com o telhado danificado e não há manutenção dos veículos.

O município de São Cristóvão/SE conta com um Fórum, que atende a toda a demanda que existe no local. Quanto à segurança a população conta com duas delegacias, e o carro da polícia que faz a ronda pelo município. Sendo que em bairros diferentes e distantes um do outro.

O município de São Cristóvão/SE conta com alguns serviços públicos, que são iluminação, água encanada, coleta de lixo, pavimentação, esgoto. Em contra partida, há uma deficiência nos serviços ofertados.

A comunidade tem associações de moradores com o objetivo de buscar por melhorias naquele local, seja na questão de saúde, seja no fornecimento de água e energia, como também, pavimentação, transporte etc. Estas solicitações são realizadas por meio de ofícios a prefeitura ou órgão responsável que é enviado pelo representante da associação e sua equipe, o tesoureiro, e secretário.

Em dados gerais foram observado no município de São Cristóvão/SE alguns problemas na comunidade, tais como: Violência em um sentido amplo incluindo, roubos, furtos, alto índice de alcoolismo e uso de drogas; assassinato falta de segurança, estupro, negligência com pessoas Idosas, e crianças, prostituição. Outro problema

encontrado é na educação que apresenta escolas com deficiência de materiais básicos como carteiras, banheiros impróprios para uso, falta e merenda escolar entre outros. No sentido público a população enfrenta má qualidade no fornecimento de água, iluminação precária, transportes defasados, muitos locais sem rede de esgoto e pavimentação. No âmbito da saúde a comunidade é carente de um atendimento mais rápido por conta da demanda de usuários, e a pouca oferta de unidades básicas de saúde, hospitais. Da mesma maneira segundo o Plano Municipal de Assistência Social 2015/2016 há outros problemas como: baixa escolaridade; assim como, alto índice de descumprimento das condicionalidades do programa bolsa família; da mesma forma, ausência de profissionais qualificados para trabalhar com portadores de necessidades especiais, falta de sustentabilidade financeira; inclusive, desemprego; de outro modo, falta de orientações e intolerâncias paternas com os filhos.

Portanto, dentre os mais variados problemas no município, a violência está como principal problema que afeta toda comunidade, ressaltando a questão de assaltos, tanto a pessoas em locais públicos como a residências e transportes coletivos.

3 RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

3.1 Proposta de Intervenção Social

O projeto Mãos Unidas: Adolescente, Família e Sociedade Buscando um novo Caminho abordará uma temática sobre medidas socioeducativas para adolescentes de 14 a 21 anos. O projeto estimulará a participação da família e da sociedade nesse processo, pois, cada esfera tem participação essencial, visando um resultado positivo na solução do problema.

O público alvo serão os adolescentes em cumprimento de Medida socioeducativa, na faixa etária de 14 a 18 anos acompanhados pela Equipe Técnica. O projeto será desenvolvido entre os meses de setembro, outubro e novembro de 2015. O Projeto de Intervenção “Mãos Unidas: Adolescente, Família e Sociedade buscando um novo caminho” parte da realidade atual existente no município de São Cristóvão/SE, a qual foi constatada através do diagnóstico social um alto índice de atos infracionais na região. Por se tratar de demandas atendidas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), diante desta demanda fez-se necessário a elaboração do projeto citado anteriormente, com o intuito de aproximar o relacionamento entre o adolescente, família e a sociedade para promover uma melhor ressocialização do mesmo.

O referido projeto tem uma importante temática que abrangerá tanto a família quanto a sociedade, como também o adolescente que cometeu o ato infracional que segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Art. “103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”. Uma vez praticado o ato infracional o adolescente é submetido a reparar o erro cometido passando por uma medida socioeducativa:

Parece ser a finalidade das medidas socioeducativas, ressocializar o adolescente, para a convivência social de forma livre e responsável. Contudo, qualquer medida socioeducativa não deixa de configurar como uma resposta retributiva pelo mal praticado. Trata-se de uma sanção-educação, em substituição à sanção-castigo. Deseja-se que o adolescente cumpra a medida satisfatoriamente, inserindo-se na sociedade com novos ideais, de modo a se tornar um adulto habilitado a conviver conscientemente consigo mesmo e de maneira produtiva em seu meio sócio-familiar. (FERNANDES, 1998, p.72)

Assim sendo, o mesmo poderá compreender e valorizar suas habilidades individuais e como resultado não reincidir.

O projeto tem como objetivo geral, despertar no adolescente, na família e na sociedade, a responsabilidade dos mesmos no cumprimento efetivo da medida, levando-os a refletir acerca da importância de ser participante nesse processo de desenvolvimento. Assim como, existem três objetivos específicos para desempenhar melhor esta atividade, como promover ao adolescente uma reflexão de suas ações e atitudes em sociedade, fortalecer os vínculos familiares entre adolescentes atendidos e a família, sensibilizar os representantes da sociedade sobre a sua responsabilidade para que o adolescente tenha um convívio melhor no meio social.

Como a abordagem desta temática é de grande importância para o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, bem como, para seus familiares há uma expectativa da participação de 100 %. Estas ações serão realizadas nos dias 22 de setembro, 15 de outubro e 11 de novembro de 2015 respectivamente, no Centro de Referência Especializada de Assistência Social, (CREAS) com a participação dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa e seus familiares.

A realização desse projeto trará ao adolescente a chance de refletir a cerca de si mesmo, suas atitudes, ponto de vista sobre o local que vive e o futuro que almeja.

Como forma de avaliação, será feita a cada intervenção executada de maneira rápida, porém, objetiva, para que o executor do projeto tenha conhecimento até que ponto foi relevante a realização da atividade, como também é importante para o adolescente, pois, tem a chance de lembrar alguma ação praticada e que lhe chamou atenção, expressando, por exemplo, sobre a dinâmica através de um questionário com a pergunta: como foi para você realizar esta atividade? E terá 03 alternativas de respostas: ótimo, bom, ruim. A respeito da entrevista será uma avaliação de forma oral ao término das perguntas e com as opções ótimo, bom, regular e ruim.

Para realização do projeto é necessário obter alguns recursos como exemplo recursos humanos a qual é participante a Equipe Técnica do CREAS, composta por Coordenadora, Psicóloga, Assistente Social, Orientador Social além dos recursos materiais.

3.2 Sistemática de Operacionalização

No dia 15.10.2015 às 09h00min, com a presença da Supervisora de Campo na sala de reunião de grupo, no CREAS, deu-se início a Intervenção de Estágio, com o “Projeto Mãos Unidas: Adolescente, Família e Sociedade Buscando um Novo Caminho” tendo como público alvo, os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) como também de Liberdade Assistida (L.A).

No primeiro momento foi realizada uma apresentação de slides, ilustrando a dinâmica que seria executada com o grupo dos adolescentes acima citados.

A dinâmica teve como tema: “Retalhos da Minha História”, com o objetivo de buscar a identidade cultural, relembrar fatos marcantes, vividos na infância e até então.

Posteriormente, foi apresentada a musica com vídeo legendado, “Como uma Onda no Mar”, buscando não só fazer uma análise da letra, mas, perceber que esta era uma mensagem para vida de cada um, partindo, por exemplo, da frase que diz: “Nada do que foi será de novo do jeito que já foi um dia”, sinalizando que aquela ação que foi cometida não mais será feita novamente.

Após esta introdução nos dirigimos para a sala de reunião da Equipe Técnica, onde já estava previamente preparado o material a ser usado, como, cartolina, cola, tesoura, lápis de cor, tintas entre outros.

Esta ação foi elaborada da seguinte maneira: a cartolina foi subdivida em 04 partes sendo que cada uma delas retratava um acontecimento, fato, ou história que viesse a memória de cada adolescente: No primeiro espaço deveria ser desenhado algo da infância, no segundo relembrar o bairro que morava algum local que marcou, em terceiro deveriam ter um olhar para o futuro profissional, o que buscam ser profissionalmente. E por fim, foi uma colagem utilizando revistas para que expressassem como idealizam seu futuro.

Durante a realização desta dinâmica foi observado o comportamento de cada um, enquanto uns se dedicavam para realizar a dinâmica outros estavam resistentes, embora ao final todos a tenham concluído com êxito.

O “Projeto de Intervenção Mãos Unidas: Adolescente, Família e Sociedade Buscando um Novo Caminho” tem o objetivo de despertar no adolescente o respeito a si mesmo como também ao outro e isto foi possível realizar através da dinâmica apresentada, pois, enquanto cada um relembra sua história tem a chance de se perceber trazendo à tona suas ações, brincadeiras, lugares, pessoas que conheceu e a partir deste ponto, analisar como era sua vida e como vem sendo agora refletindo a possibilidade de mudar o rumo de sua história.

Foi realizada avaliação de forma rápida e objetiva com a pergunta o que foi para cada um desempenhar esta atividade? Ótimo, bom, ruim ou péssimo? E todos os participantes julgaram ter sido boa a dinâmica. Ao final foi servido o lanche e todos dispensados com o compromisso de vir para o próximo encontro acompanhado do seu responsável, para que o mesmo também participe da proposta do projeto.

O público alvo foram os adolescentes e os seus pais ou responsáveis, com objetivo de sensibilizar os mesmos acerca da importância em acompanhar seu filho neste processo, bem como despertar no adolescente o desejo da mudança de atitude, como também vem sendo abordado no projeto a contribuição que a sociedade deve conceder.

Outra ação desenvolvida ocorreu com a exposição de imagens de um jogo de futebol, bem como de um trânsito, com a finalidade dos adolescentes enumerar as regras existentes nestas duas situações e a partir desse ponto, explorar a questão a respeito das regras em nossa sociedade.

Em seguida foi transmitido um vídeo para a família abordando a questão sobre a importância do exemplo dos pais.

E por fim, uma listagem das oportunidades que a sociedade oferece como, por exemplo, o programa adolescente aprendiz, que inclui o adolescente no mercado de trabalho, Projovem para realização dos estudos, instituições que oferecem diversos cursos gratuitos.

Portanto, o projeto Mãos Unidas: Adolescente, Família e Sociedade, buscando um Novo Caminho objetivou integrar estas três esferas, com o intuito de estarem unidos em vista da ressocialização dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa.

3.3 Análise e Síntese da experiência vivenciada

O Estágio Supervisionado tem grande importância na vida acadêmica do aluno que busca ter conhecimento da área profissional em que está se inserindo. Esta prática em campo favorece a estagiária, exercitar o que foi visto em sala de aula, citando em exemplo, o conhecimento e utilização dos instrumentais tais como: preenchimento do formulário do Plano Individual de Atendimento (PIA), dessa maneira, preenchimento do Prontuário Sistema Único SUAS, a fim de obter maiores informações a respeito do usuário atendido, realizar encaminhamentos de acordo com a demanda apresentada, assim como, evolução na pasta individual de cada usuário acompanhado, ofícios, atendimento individual com o intuito de orientar o usuário na situação em que se encontra, bem como visitas domiciliares com a finalidade de conhecer o usuário no seu espaço de vivência, observar fatores que fogem a sala de atendimento, como a real situação da moradia, condições de saúde, relacionamento com familiares e vizinhos entre outros, da mesma maneira visitas institucionais em escolas e instituições, fórum, com a finalidade realizar encaminhamentos necessários.

O conhecimento dos serviços ofertados pela instituição, também possibilitou a estagiária maior visibilidade das ações realizadas pela equipe técnica, levando-a a perceber como é um trabalho multidisciplinar. Dentre os serviços ofertados nesta área da Assistência Social é possível destacar:

Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, tendo por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS. CREAS, 2011).

Este trabalho é realizado em equipe por Assistente Social e Psicóloga, atendendo cada adolescente individualmente para orientá-lo e em caráter de sigilo das suas informações, bem como, realizam reunião em grupo com os demais adolescentes com intuito de informar, esclarecer dúvidas realizam reunião com os familiares para que também participem no processo de ressocialização do adolescente.

A estagiária que acompanha o trabalho acima citado, conseqüentemente aumenta seu conhecimento tanto a respeito da profissão como a respeito de si mesmo, pois, variadas são as demandas que surgem e diversos são os encaminhamentos, e orientações é preciso estar preparado para agir da melhor maneira possível, afim de que o usuário seja contemplado com a solução ou encaminhamento para seu problema.

Outro fator importante que o estágio possibilita é a participação em reuniões com a Equipe Técnica, conferências, fóruns, audiências, mobilização no meio popular, como por exemplo, a semana contra violência sexual de crianças e adolescente, que foi um alerta à população para uma situação silenciosa, mas que vem crescendo cada vez mais. Neste intuito de prevenir houve palestras, distribuição de panfletos com numero do disque denúncia e caminhada pelas ruas centrais do município. Houve também integração nas conferências tais como: I Conferência Municipal do Idoso, IV Conferência Territorial de Políticas para as Mulheres, VI Conferência Municipal de Assistência Social, I Fórum de Enfrentamento a Situação de Rua e o Trabalho Infantil. Os eventos citados foram bastante significativos, proveitosos e oportunos para a estagiária, por que, através desta cooperação foi possível perceber a responsabilidade que tem um profissional ao participar ativamente seja na articulação, na coordenação, ou na colocação de ideias, contribuindo para melhorar as políticas destinadas a cada publico citado anteriormente.

Como prática de estágio, o aluno tende a desenvolver melhor as atividades exigidas na vida profissional, pois o mesmo proporciona aos estudantes oportunidades de correlacionar o conhecimento teórico com a prática, articulando o processo de atualização dos conteúdos disciplinares, incentivando o desenvolvimento das potencialidades individuais de modo a promover a integração unidade de ensino-instituição-comunidade. (MESCSS, 2014 p.4).

A equipe técnica e todos os funcionários tiveram fundamental importância na construção do período de estágio, se colocando sempre à disposição para o que fosse necessário, dando grande apoio na realização de trabalhos, tirando dúvidas, esclarecendo questões a respeito das demandas, disponibilizando materiais para

pesquisa enfim, isto é o reflexo de uma equipe que trabalha unida, conectados entre si, que se ajudam, compartilham do trabalho que executam.

O estágio é o período de desenvolver atividades como também aprender com profissionais atuantes, atualizar os conteúdos assimilados durante o estudo acadêmico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do estágio em serviço social possibilitou um entendimento a nível institucional, social e profissional, aumentando o conhecimento a respeito da profissão e favorecendo ao estagiário desempenhar na prática o que aprendeu na teoria em sala de aula, como por exemplo, a ética no atendimento, utilização dos instrumentais, confecção de relatórios, entre outros.

A experiência do estágio supervisionado dará uma base forte para atuar na área profissional, porque é uma época a qual é possível conhecer muitos instrumentais, como também observar e interagir no atendimento ao usuário, da mesma forma nas visitas domiciliares com as mais diversas demandas.

Por outro lado, a participação em conferências, fóruns, reuniões, audiências, traz maior conhecimento acerca da política de estágio, proporcionando melhor entendimento a respeito da área que a estagiária está atuando. Outro ponto que pode ser observado é o entrosamento da equipe e o trabalho realizado em concordância com os profissionais de Serviço Social e também o Psicólogo.

Neste período há uma oportunidade maior de conhecimento teórico, uma vez que o campo de estágio disponibiliza livros, revistas, bibliografias, sites para que os profissionais atuantes bem como a estagiária permaneçam atualizados sobre mudanças ocorridas na lei que rege a política em questão.

Portanto, independente da área, estagiar é aumentar conhecimentos, colocar em prática o que foi assimilado em sala de aula, desenvolver-se psicologicamente, construir uma base para a futura atuação profissional, enfim, é uma época de oportunidades que tem grande importância para a vida acadêmica, profissional e principalmente pessoal.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023 - Informação e documentação: referências: elaboração**. Rio de Janeiro, 2002. 24 p.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. Ed.. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL/Ministério do Desenvolvimento Social. **Norma Operacional Básica do SUAS**. Brasília, Julho 2005

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente Lei Federal 8069 de 13/07/1990.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social**. Brasília 2011.

BRASIL, Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº 109, 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, 2009

FERNANDES, Márcio Mothé, **Ação Socioeducativa Pública: Inovação do Estatuto da Criança e do Adolescente**, Rio de Janeiro, 1998.

HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO SERGIPE Disponível em http://www.portaledesergipe.com/S_CristovaoSE_historia.html acesso em 20 de Março de 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional/ Marilda Villela Iamamoto**. -19 ed. São Paulo, Cortez, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística– IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Ministério da Previdência e Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MPAS, Secretaria de Estado da Assistência Social. 2004.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome– MDS, Conselho Nacional de Assistência Social, **Cartilha SUAS 1**, Brasília, Novembro de 2013.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome– MDS, Conselho Nacional de Assistência Social, **Cartilha SUAS 2**, Brasília, Novembro de 2013.

MANUAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (MESCSS) Aracaju/SE, 2014 Centro de Ciências Sociais e Aplicadas Diretoria de Graduação CURSO DE SERVIÇO SOCIAL.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/assistencia-social/usuario/pnas-politica-nacional-de-assistencia-social-institucional>>. Acesso em: 03.05.2015.

PLANOMUNICIPALDEASSISTÊNCIASOCIAL Vigência:2015/201
Resolução nº 15 de 23 de Dezembro de 2014, que trata da aprovação do Plano Municipal de Assistência Social pelo CMAS.

PLANO MUNICIPAL DECENAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO
SÃO CRISTOVAO/SE 2014.

CONSELHOS MUNICIPAIS, Disponível em:
<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/nucleo/Desen/conselhomunicipal.html>

APÊNDICES

Apêndice 1 Projeto de Intervenção

UNIVERSIDADE TIRADENTES

ANA PAULA AMARO DOS SANTOS

PROJETO DE INTERVENÇÃO

ARACAJU
2015

ANA PAULA AMARO DOS SANTOS

PROJETO DE INTERVENÇÃO

Proposta apresentada a Centro de Referência Especializado de Assistência Social, para fins de apoio institucional de ações educativas e sociais junto à comunidade atendida na referida instituição, em Aracaju - SE, no ano de 2015.

Prof.^a Esp. Fernanda Silva Nascimento

ARACAJU
2015

1 APRESENTAÇÃO

O projeto Mãos Unidas: Adolescente, Família e Sociedade Buscando um novo Caminho aborda uma temática sobre medidas socioeducativas para adolescentes de 14 a 21 anos. O projeto estimulará a participação da família e da sociedade nesse processo, pois, cada esfera tem participação essencial, visando um resultado positivo na solução do problema.

O Projeto será desenvolvido na Instituição Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que conforme a Lei nº 12435/2011 é uma unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional e tem como finalidade construir-se em lócus de referência nos territórios da oferta de trabalho social especializado no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos em conformidade com as demandas identificadas no território.

O público-alvo deste projeto serão os adolescentes em cumprimento de Medida socioeducativa, na faixa etária de 14 a 21anos.

O Projeto será desenvolvido entre os meses de setembro, outubro e novembro de 2015 na Instituição Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e do Trabalho (SEDEST) no município de São Cristóvão/SE.

2 JUSTIFICATIVA

O Projeto de Intervenção “Mãos Unidas: Adolescente, Família e Sociedade Buscando um Novo Caminho” parte da realidade atual existente no município de São Cristóvão-/SE, a qual foi constatada através do diagnóstico social um alto índice de atos infracionais na região. Por se tratar de demandas atendidas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), diante desta demanda fez-se necessária a elaboração do projeto citado anteriormente, com o intuito de aproximar o relacionamento entre o adolescente, família e a sociedade para promover uma melhor ressocialização do mesmo.

O referido projeto tem uma importante temática que abrange tanto a família quanto a sociedade, como também o adolescente que cometeu o ato infracional que segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Art. “103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”. Uma vez praticado o ato infracional o adolescente é submetido a reparar o erro cometido passando por uma medida socioeducativa:

Parece ser a finalidade das medidas socioeducativas, ressocializar o adolescente, para a convivência social de forma livre e responsável. Contudo, qualquer medida socioeducativa não deixa de configurar como uma resposta retributiva pelo mal praticado. Trata-se de uma sanção-educação, em substituição à sanção-castigo. Deseja-se que o adolescente cumpra a medida satisfatoriamente, inserindo-se na sociedade com novos ideais, de modo a se tornar um adulto habilitado a conviver conscientemente consigo mesmo e de maneira produtiva em seu meio sócio-familiar (FERNANDES, 1998, p.72).

Assim sendo, o mesmo poderá compreender e valorizar suas habilidades individuais e como resultado não reincidir.

Tendencialmente uma criança que encontra uma família que preserva os valores morais, que proporciona uma educação rica em bons exemplos, diálogo, carinho, atenção, possivelmente vai reproduzir todo aprendizado no futuro.

Segundo Losacco, [...] família é o lugar de pertencimento, de questionamento, instituição responsável pela socialização, pela introjeção de valores e por formação de identidade; espaço privado que se relaciona com espaço público.

Na fase da adolescência acontece a mudança de comportamentos, da vida até então infantil, para uma vida com mais responsabilidade, consigo mesmo com a família e o meio em que vive, com pensamentos projetados para o futuro. Esse turbilhão de informações muitas vezes, deixa o jovem confuso, e até mesmo sem um referencial a seguir uma vez que na relação Adolescente e cumprimento da medida socioeducativa, a família deve acompanhar de perto esse processo, participando de reuniões, dando total atenção e apoio. E por fim a sociedade também deve cumprir seu dever na aceitação e acolhimento do adolescente. É de grande importância a participação da família e da sociedade junto ao adolescente, não só neste momento de cumprimento de uma medida socioeducativa e sim desde sua existência.

3 PÚBLICO-ALVO

O público alvo deste projeto serão os adolescentes em cumprimento de Medida socioeducativa, na faixa etária de 14 a 18 anos, acompanhados pela Equipe Técnica do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

4 OBJETIVOS

4.1 Geral

Despertar no adolescente, na família e na sociedade, a responsabilidade dos mesmos no cumprimento efetivo da medida, levando-os a refletir acerca da importância de ser participante nesse processo de desenvolvimento.

4.2 Específicos

- Promover ao adolescente uma reflexão de suas ações e atitudes em sociedade.
- Fortalecer os vínculos familiares entre adolescentes atendidos e a família.
- Sensibilizar os representantes da sociedade sobre a sua responsabilidade para que o adolescente tenha um convívio melhor no meio social.

5 METAS

- Participação de 100 % dos adolescentes acompanhados pela Equipe Técnica do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que cumprem medida socioeducativa, visando à realização da entrevista, oficina e reunião.

- Possibilitar uma aproximação de 70% dos adolescentes com a família e representantes da sociedade que os recebem em suas instituições.

6 METODOLOGIA

Na prática do Assistente Social se exige muitas atividades no seu dia a dia, sendo que compete a sua função utilizar instrumentos que possibilitem sua ação no atendimento ao usuário, como exemplo, elaboração de relatórios, entrevistas, visitas domiciliares entre outros.

As atividades que irão contemplar a execução do Projeto “Mãos Unidas: Adolescente Família, Sociedade buscando um novo caminho, serão oficina, e reunião, em dias diferentes nos quais serão usados os seguintes instrumentos: entrevista, execução de atividades, e coordenação de reunião. Estas ações serão realizadas nos dias 22 de setembro 15 de outubro e 11 de novembro de 2015, respectivamente, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social, (CREAS) com a participação dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa, seus familiares e representantes da sociedade que recebem adolescente em cumprimento de medida nas suas instituições.

O projeto será aplicado em três momentos, sendo que no primeiro será realizada a entrevista, com o objetivo de incentivar o adolescente a expressar seu ponto de vista a respeito do convívio social e em família.

Em um segundo momento será realizada uma oficina, com finalidade de conduzir o adolescente a recordar fatos de sua vida, porém, direcionando para uma maior visão do futuro.





E por fim, no terceiro momento será feita uma reunião com os adolescentes, sua família e representantes da sociedade, no intuito de fortalecer os vínculos entre as três esferas.

A realização desse projeto trará ao adolescente a chance de refletir acerca de si mesmo, suas atitudes, ponto de vista sobre o local que vive o futuro que almeja.

7 AVALIAÇÃO

Como forma de avaliação, será feita a cada intervenção executada de maneira rápida, porém, objetiva, para que o executor do projeto tenha conhecimento até que ponto foi relevante a realização da atividade, como também é importante para o adolescente, pois, tem a chance de relembrar alguma ação praticada e que lhe chamou a atenção, expressando, por exemplo, sobre a dinâmica através de um questionário com a pergunta: como foi para você realizar esta atividade? E terá 03 alternativas de respostas, ótimo, bom ou ruim. A respeito da entrevista será uma avaliação de forma oral ao término das perguntas e com as opções ótimo, bom, regular, ruim?

Como foi para você participar desta atividade?

 AVALIAR	 ÓTIMO	 BOM	 RUIM
ASSUNTO			
MATERIAL (imagens, convite)			
LOCAL			
VÍDEOS			
DINÂMICA			
MENSAGEM FINAL			

8 RECURSOS

8.1 Humanos: Equipe Técnica do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) composta por Coordenadora, Psicóloga, Assistente Social, Orientador Social.

8.2 Materiais:

ITEM	QUANTIDADE
Projektor	01
Caixa de Som	01
Microfone	01
Mesa	02
Cadeira	20

9 ORÇAMENTO

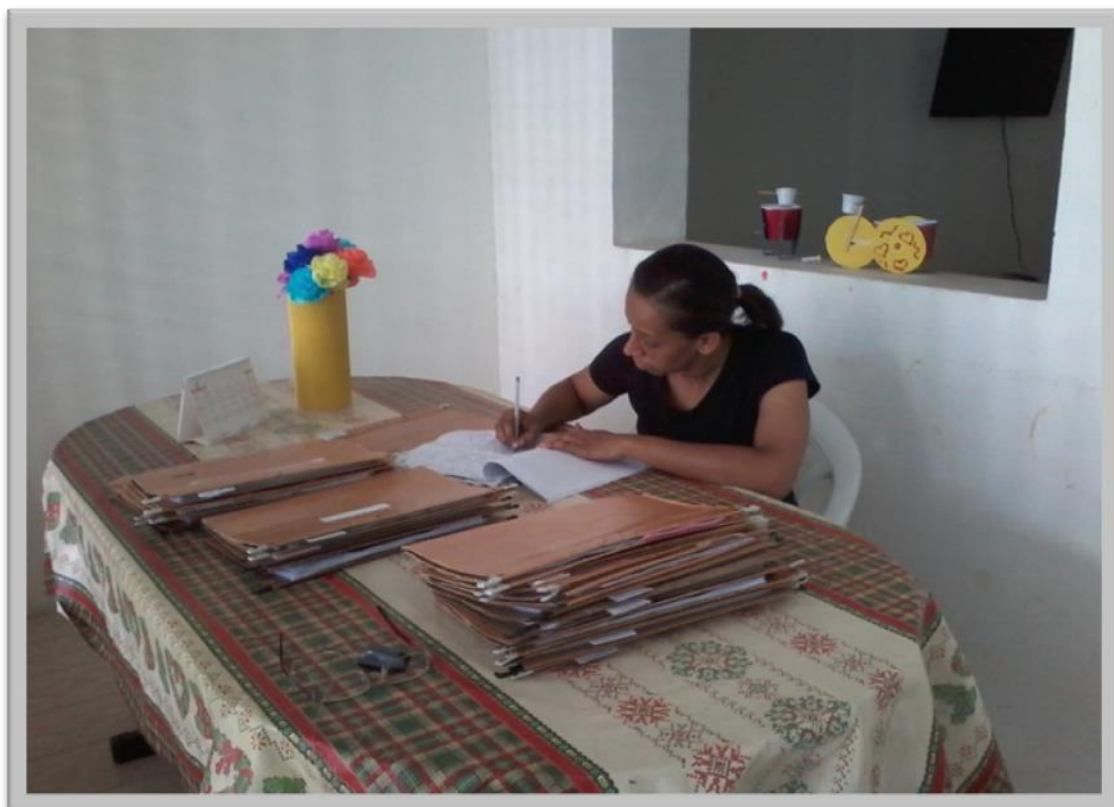
Após ter feito o orçamento para a execução deste Projeto de Intervenção o mesmo ficou avaliado em R\$ 32,20

ITEM	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
10 Cartolinas	R\$ 0,50	R\$ 5,00
02 Colas	R\$ 1,60	R\$ 3,20
30 Lanches	R\$ 0,40	R\$ 12,00
03 Refrigerantes	R\$ 4,00	R\$ 12,00
Total	R\$ 6,50	R\$ 32,20

10 CRONOGRAMA

ATIVIDADES	MESES			
	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO
Elaboração do Projeto de Intervenção	X			
Apresentação do Projeto		X		
Formação do Grupo			X	
Execução do Projeto			X	
Elaboração do Relatório Final				X
Avaliação				X

Apêndice 2 - Registros fotográficos da Estagiária em Campo











Apêndice 3 Registro Fotográfico do Campo de Estágio




Apêndice 4 - Convite do Projeto de Intervenção



CONVITE
Você está convidado a participar do encontro sobre o

**PROJETO MÃOS UNIDAS
ADOLESCENTE, FAMÍLIA E SOCIEDADE.**



BUSCANDO UM NOVO CAMINHO

**SERÁ REALIZADO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2015
HORÁRIO ÀS 09:00hs
LOCAL - Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS
ENDEREÇO - Rua Ivo do Prado nº 31 São Cristóvão**

Apêndice 5 - Ficha de avaliação

Perguntas

- 1- O que te faz feliz? O que não te faz feliz?
- 2- Quais seus dons talentos e habilidade?
- 3- Qual legado você quer deixar para a sua comunidade, cidade, estado, mundo?
- 4- Que tipo de pessoa te inspira?
- 5- Que tipo de pessoa te desanima?
- 6- Que tipo de aventuras você quer viver?
- 7- O que você planeja em termos de desenvolvimento profissional?
- 8- Como você imagina seu futuro?
- 9- Avaliação

Como foi pra você responder a estas perguntas?

ótimo Bom Ruim péssimo

Apêndice 7 - Listas de presença

Projeto Mãos Unidas, Adolescente, Família e Sociedade Buscando um Novo Caminho

Intervenção

Aluna- Ana Paula Amaro dos Santos

Supervisora de Campo- Thelma Susana Nunes Sampaio

Supervisora de Estágio- Prof. Fernanda Rodrigues Nascimento

Lista de Presença Adolescentes

11.11.2015

01	João Evangelista matos
02	João Marcos Oliveira matos
03	Elémice dos Santos
04	Carlos Eduardo dos Santos Ribeiro
05	Carlos Felipe dos Santos Ribeiro
06	Caífera Ribeiro
07	
08	
09	
10	
11	

Projeto Mãos Unidas, Adolescente, Família e Sociedade Buscando um Novo Caminho.

Dinâmica Retalhos da Minha História.

Aluna - Ana Paula Amaro dos Santos
Supervisora de Campo - Thelma Susana Souza Nunes Sampaio
Supervisora de Estágio - Prof. Fernanda Rodrigues Nascimento

Lista de Presença
15/10/2015

Nº	NOME
01	Robson Borges de Almeida B.B.
02	Felipe Lopes Cardoso
03	Rose Cleide Santa Conciliação
04	Yese Wellington Brito Gomes
05	Victor Vinicius de Oliveira Santos
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

ANEXOS

Anexo 2 - Folhas de Frequência



SECRETARIA DE
INCLUSÃO
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



FOLHA DE FREQUENCIA DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DA LIBERDADE ASSISTIDA

NOME: _____

Nº DO PROCESSO: _____

RESPONSÁVEL LEGAL: _____

TEMPO DA MEDIDA: _____

MÊS: _____ / _____

DATA	ASSINATURA

Técnico de referência



FOLHA DE FREQUENCIA DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DA PSC

NOME: _____

Nº DO PROCESSO: _____

RESPONSÁVEL LEGAL: _____

LOCAL DA PSC: _____

CARGA HORÁRIA SEMANAL: _____

MÊS: _____ / _____

DATA	TURNO				ASSINATURA
	MANHÃ		TARDE		
	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	

Coordenador do Serviço

Anexo 5 - Plano Individual de Atendimento



SECRETARIA DE
INCLUSÃO
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
CREAS

PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO - PIA

MEDIDA SOCIOEDUCATIVA: _____

ADOLESCENTE: _____

TÉCNICO DE REFERENCIA: _____

RESPONSÁVEL LEGAL: _____

ENTRADA NO PROGRAMA: _____ / _____ / _____

COMARCA: _____

N.º DO PROCESSO: _____

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA INICIAL

1- Identificação			
Nome:			
Data de Nascimento: / /		Idade:	Naturalidade:
Filiação:	Mãe:		
	Pai:		
Responsável:			
Endereço:			
Bairro:		Município:	UF:
CEP:	Ponto de Referência:		
Tel:		Cel:	
1.1- Documentação: <i>NSI</i>			
Certidão de Nascimento: () Não () Sim N.º		Folha:	Lv:
Carteira de Identidade: () Não () Sim N.º		Órgão:	
CPF: () Não () Sim N.º			
Carteira de Trabalho: () Não () Sim N.º			
Certidão de Alistamento Militar: () Não () Sim N.º			
Título de Eleitor: () Não () Sim N.º		Zona:	Seção:
Cartão SUS: () Não () Sim N.º			
2- Situação Processual:			
Entrada no Programa: / /		Desligamento: / /	
N.º do Processo:		Comarca:	Tel:
Ato Infracional/Tipificação:			
Advogado: () Não () Sim. Nome:			Tel:
Outros Processos: () Não () Sim. Quantos?			
N.º do Processo e Ato:			
Já cumpriu outras medidas socioeducativas? () Não () Sim. Qual? Quando? Onde?			
3- Caracterização Familiar:			
Família: () Biológica () Substituta		Convive com a Família: () Não () Sim	
Relacionamento com a família: () Bom () Regular () Conflito familiar. Qual?			
A família esta inserida em algum programa social? () Não () Sim. Qual?			
Histórico Familiar:			



Vínculo empregatício:	Salário:
Profissão que gostaria de seguir / Áreas de interesse:	
Habilidades profissionais:	
7- Saúde:	
Tem problema de saúde? () Não () Sim. Qual?	
Fuma? () Não () Sim. Há quanto tempo?	
Freqüência?	
É usuário de drogas? () Não () Sim. Qual?	
Há quanto tempo?	Freqüência?
Ingere bebida alcoólica? () Não () Sim. Há quanto tempo?	
Freqüência?	
8- Recursos Comunitários (educação, esporte, religião, lazer, saúde, cultura, outros)	
Participou ou participa de algum projeto? () Não () Sim. Qual?	
Tem interesse em participar de algum projeto? () Não () Sim. Qual?	
Quais recursos da comunidade conhece?	
Utiliza algum dos recursos? () Não () Sim. Qual?	
9- Preocupações e perspectivas do adolescente com relação a medida:	
10- Versão do adolescente: (com relação ao ato e fatos que o sucederam)	
Acompanhamento Social: (data, resumo e rubrica)	

PROPOSTAS DE METAS

Plano de Metas	
Metas	Prazo
Profissionais	
Escolarização	
Convivência familiar	
Saúde	
Comportamento	
Cultura e Esporte	
Espirituais	

ACOMPANHAMENTO

1- Avaliação do Cumprimento das Metas					
Metas	Data //	Data //	Data //	Data //	Data //
Profissionais					
Escolarização					
Convivência Familiar					
Saúde					
Comportamento					
Cultura e Esporte					
Espirituais					

Critérios de avaliação: S = Satisfatório
PS = Parcialmente Satisfatório
I = Insuficiente

PLANO PERSONALIZADO DE ATENDIMENTO – PPA

Objetivo PPA	Indicadores	Data do Acompanhamento					
Promoção Social (ECA – Art.119)	O (a) adolescente e sua família não necessitam de inserção em programa oficial ou comunitário de auxílio e Assistência Social.						
	O (a) adolescente e sua família necessitam inserção em programa oficial ou comunitário de auxílio e Assistência Social, mas não conseguem.						
	O (a) adolescente e sua família são encaminhados para programa de assistência emergencial e são atendidos.						
	O (a) adolescente e sua família estão inseridos em algum programa social.						
	O (a) adolescente e sua família começam a desenvolver seu protagonismo no sentido de lutar por seus direitos.						
	O (a) adolescente e sua família conseguem promover-se socialmente e assumem a luta por políticas públicas com participação popular.						
	Desenvolvimento pessoal e familiar	O (a) adolescente e sua família não conseguem superar os seus problemas.					
O (a) adolescente se esforça para superar os seus problemas, mas não tem apoio da família.							
A família apóia o (a) adolescente para superar seus problemas e participa ativamente dos encaminhamentos necessários, porém, o (a) adolescente não se esforça.							
O (a) adolescente e sua família reconstróem relações de diálogo e começam a superar a problemática enfrentada.							
O (a) adolescente e sua família superam as dificuldades enfrentados.							

2- Avaliação da Participação do Adolescente na Execução do Plano					
Metas	Data //	Data //	Data //	Data //	Data //
Empenho do adolescente no cumprimento do plano					
Disponibilidade em aceitar tarefas e orientações					
Assiduidade e frequência com que comparece às atividades do plano					
Vínculo entre o adolescente e o técnico					
Vínculo entre o adolescente e outros adolescentes					
Vínculo entre o adolescente e outros profissionais					

Critérios de avaliação: S = Satisfatório
PS = Parcialmente Satisfatório
I = Insuficiente

3- Avaliação da Participação do Adolescente na Execução do Plano					
Metas	Data //	Data //	Data //	Data //	Data //
Empenho do adolescente no cumprimento do plano					
Disponibilidade em aceitar tarefas e orientações					
Assiduidade e frequência com que comparece às atividades do plano					
Vínculo entre o adolescente e o técnico					
Vínculo entre o adolescente e outros adolescentes					
Vínculo entre o adolescente e outros profissionais					

4- Procedimentos Realizados na Execução do Plano					
Procedimentos	Data	Data	Data	Data	Data
Visita domiciliar					
Visita institucional					
Atendimento individual					
Atendimento familiar					
Atendimento psicológico					
Atendimento grupal					
Encaminhamentos para a rede de serviços					
Outros					

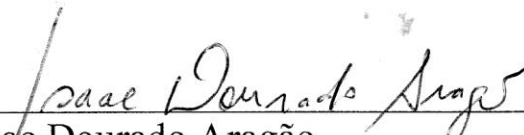
Escola (ECA – Art. 119/ II)	O (a) adolescente resiste em procurar matricula.								
	O (a) adolescente se sensibiliza da importância do estudo, porém não encontra matricula.								
	O (a) adolescente se matriculou, porém não tem aproveitamento satisfatório.								
	O (a) adolescente tem freqüência e aproveitamento satisfatório.								
Formação profissional e trabalho	O (a) adolescente não tem formação profissional e não trabalha.								
	O (a) adolescente concluiu curso profissionalizante, mas não encontra colocação no mercado de trabalho.								
	O (a) adolescente esta inserido em curso de profissionalização.								
	O (a) adolescente trabalha no mercado informal.								
	O (a) adolescente tem trabalho registrado.								
Saúde Do (a) adolescente e de seus responsáveis (ECA – 101 / V, VI)	O (a) adolescente apresenta ter boa saúde e não necessita de encaminhamento.								
	O (a) adolescente apresenta ter problema de saúde, mas nega necessitar de um encaminhamento específico.								
	O (a) adolescente e seus responsáveis são encaminhados, porém não se interessam pelo encaminhamento.								
	O (a) adolescente e seus responsáveis são encaminhados, manifestam interesse, mas não conseguem ser atendidos pelo serviço público.								
	O (a) adolescente e seus familiares são encaminhados e o atendimento não tem resultado satisfatório.								
	O (a) adolescente e seus responsáveis são encaminhados e o atendimento tem resultado satisfatório.								

DECLARAÇÃO DE REVISÃO ORTOGRÁFICA

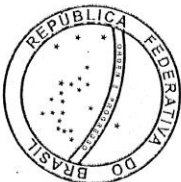
Eu, Isaac Dourado Aragão, brasileiro, CPF nº 780.599.505-25, Carteira de Identidade nº 3014642-9 SSP-SE, graduado em Letras-Português pela Universidade Tiradentes declaro para esta instituição que revisei o RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I E II da aluna Ana Paula Amaro dos Santos do curso de graduação em Serviço Social.

Declaro, ainda, que o presente trabalho de conclusão de curso encontra-se embasado e apoiado nas normas do novo acordo ortográfico.

Aracaju, 29 de novembro de 2015.


Isaac Dourado Aragão
Professor de Língua Portuguesa

Documentos anexados do revisor:
Cópia da Identidade
Cópia do CPF
Diploma de Graduação



República Federativa do Brasil

Universidade Tiradentes

O REitor da Universidade Tiradentes, no uso de suas atribuições, previstas em Lei, tendo presente o Termo de Colação de Grau em Letras, conferido em 23 de janeiro de 2008 a

Isaac Dourado Aragão

nacionalidade brasileira, natural de Rio de Janeiro-RJ, nascido a 04 de setembro de 1981, filho de José Dourado Aragão e Rita de Jesus Aragão, RG 9.014.642-9 2ª Via - SSP-SE,

mandou passar-lhe o presente diploma do Curso de Graduação em Letras, concedendo-lhe o título de

Licenciado em Letras

a fim de que possa gozar dos direitos e das prerrogativas concedidas pelas Leis da República. Aracaju, 24 de janeiro de 2008.

Profa. Eliana Dourado Silva

Diretora do Departamento de Assuntos Acadêmicos

Caracé Eduardo Farias

Diplomado



Prof. Roberto Antônio de Fritonça

REitor

Roberto Antônio de Fritonça

